

# REVISTA DE PORTUGAL

N.º 2

## SUMÁRIO

ANTERO DE QUENTAL, CARTAS. RIBEIRO COUTO, CABIÚNA E OUTROS POEMAS. MÁRIO ELOY, DESENHO. VENTURA PORFÍRIO, DESENHO. TEIXEIRA DE PASCOAIS, A ALMA. ANTÓNIO BOTTO, CANÇÃO. ALMADA NEGREIROS, O TIO. JOSÉ RÉGIO, JACOB E O ANJO. PAULO QUINTELA, POEMAS DE RILKE. ADOLFO CASAIS MONTEIRO, A POESIA DE JULES SUPERVIELLE. AGOSTINHO DA SILVA, DIÁRIO. VITORINO NEMÉSIO, BALADA PARA EMBALAR A MENINA E OUTRA POESIA. ALBERTO DE SERPA, PARA A SALVAÇÃO DO MUNDO. JOSÉ BACELAR, AQUÁRIO. FERNANDO AMADO, PRIMEIRO DIÁLOGO SOBRE A PINTURA.

PERSPECTIVA: FILOSOFIA. MÚSICA. DESENHO. PERFIS.

CRÍTICA: CLÁSSICOS. POESIA. ROMANCE E NOVELA. TEATRO. ENSAIO. FILOSOFIA. HISTÓRIA DA LITERATURA. LITERATURA BRASILEIRA. LITERATURA FRANCESA. LITERATURA INGLÊSA. PINTURA.

JORNAL: Redacção, JOSÉ RÉGIO, JOÃO GASPAR SIMÕES, MIGUEL TORGA, FERNANDO PESSOA.

COIMBRA · 1938 · JANEIRO



# PERSPECTIVA

## UM CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA

Em Agosto último realizou-se em Paris um congresso internacional que, de quatro em quatro anos, reúne alguns filósofos e muitos professores de filosofia representantes das universidades e escolas superiores espalhadas por todo o mundo. A Xavier Léon, falecido recentemente, deve a filosofia francesa muitíssimo daquele trabalho invisível que sempre realizam os talentos organizadores, e a filosofia internacional a ideia destas reuniões que, desde 1900, se têm realizado regularmente antes e depois da grande guerra. Este congresso fôra antecipado de um ano para comemoração do tricentenário da publicação do *Discurso do Método*. Mais de trezentas e vinte comunicações foram feitas por mais de outros tantos participantes deste grandioso e notável congresso, cabendo a Descartes, ou a problemas levantados directamente pela sua filosofia, cerca duma quinta parte do número total das comunicações. Além dos « estudos cartesianos » outras secções mereceram o interesse dos organizadores: « o método e os métodos », « lógica e matemática », « causalidade e determinismo », « análise reflexiva e transcendência », « valor: as normas e a realidade ». Além dos participantes activos, muitas outras pessoas se inscreveram para ouvir ou discutir as comunicações apresentadas, e muitas vezes o número total de participantes, entre activos e associados, devia ter ultrapassado o dobro do número de membros activos. Foi, pois, o maior congresso de filosofia até hoje realizado, o que, se o não explica o prestígio da reflexão filosófica na hora presente, talvez seja um indício de necessidade ou valorização do trabalho de pensamento. Outros motivos poderiam ter contribuído para este resultado e, dentre eles, o mais importante deve ter sido o momento extraordinário que vive Paris: a sua grande Exposição.

Na sessão solene inaugural, presidida pelo Ministro da Educação e com a assistência do Presidente da República, foi pronunciado um discurso por Paul Valéry sobre a influência de Descartes no pensamento e na arte; outro por Brunschvicg, cheio de emoção, em homenagem a Xavier Léon; outro de Lord Samuel, representante da Inglaterra, bem compreendido na sua ironia e no seu desejo de acção positiva da filosofia no trabalho de esclarecimento tão importante na confusão da época em que vivemos. O que deu, porém, a nota mais significativa a esta sessão foi a carta do seu presidente honorário,



lida por Brehier e escutada religiosamente por tôda a assistência. O carinho e o respeito pela personalidade de Henri Bergson, manifestados mesmo por aqueles que discordem da sua filosofia, é uma atitude distintiva do verdadeiro espírito filosófico como aqui se patenteou. Essa carta, à qual já alguém em Portugal chamou testamento pedagógico, é uma bela síntese do pensamento cartesiano, mas quer-nos parecer que pouco tem a ver com o íntimo do pensamento de Bergson e, como tal, não pode valer para nós como testamento. « Agir como homem de pensamento e pensar como homem de acção », que tal é a conclusão da sua carta, pode ser uma máxima própria a uma filosofia de engenheiro, como à de Descartes chamou Laberthonière, mas não própria e adequada a uma filosofia que se move em planos de ser bem distintos e admite diferentes formas de acção em correspondência com os planos considerados, como o faz a filosofia de Bergson. « Agir como homem de pensamento » significa o intento de realização de valores a inserir pela acção, o que é perfeitamente concorde com a ética bergsonista; todavia o complemento simétrico só pode ser motivado por uma falsa analogia de correspondência entre acção e pensamento. As relações entre acção e pensamento podem discutir-se — diz Bergson nesta carta, e com isto mostra-se quanto êle achou a sua fórmula imprecisa. Pensar como « homem de acção » é, de facto, uma péssima fórmula a propor aos homens. É o pensamento que pode ser norma de acção, mas a acção no sentido moral não pode ser norma de pensamento. O primeiro momento desta máxima talvez exige demasiado muito, mas o segundo momento exige demasiado pouco...

\*

A esta seguiram-se as sessões plenárias. A primeira apresentou a leitura das teses e discussões de Hans Reichenbach (Istambul); de Federigo Enriques (Roma); e de H. J. Pos (Amsterdam). O primeiro tratou das « características principais da filosofia científica » e marcou claramente a sua atitude não-cartesiana. Na sua opinião, a filosofia científica actual abandonou o ponto de vista matematicista que Descartes lhe imprimira. Não são os enunciados necessários da matemática que podem servir de fundamento à filosofia das ciências, mas sim os enunciados de probabilidade das ciências físicas. Para Reichenbach, como para a Escola de Viena, as matemáticas são certas mas desprovidas de conteúdo; são tautologias que nada podem afirmar sobre a realidade. O contrário sucede com os enunciados das ciências físicas: têm conteúdo, mas não são certos, porque formulam predições ou enunciam previsões. E daqui Reichenbach conclue a sua já conhecida tese: os enunciados probabilitários não são verdadeiros porque traduzem atitudes semelhantes à do jogador que aposta, e o valor verdade, que pode ou não vir confirmar a aposta, é um dentre vários e não um dentre dois como pretendia a lógica clássica. Descartes admitia que a matemática podia ter significação real; porém, a matemática, segundo Reichenbach, dá-nos apenas regras de sintaxe úteis para a formulação das leis da natureza. É a probabilidade a lógica própria ao



real e a lógica clássica a dois valores tem aplicação restrita apenas na matemática tradicional e é um caso particular da lógica a mais de dois valores requerida pela probabilidade.

Enriques tratou do « problema da razão » e repetiu as conhecidas teses acêrca da razão experimental, que Leonardo Coimbra entre nós desenvolvera. Enquanto Reichenbach admite enunciados provindos duma razão pura, embora lhes tire a possibilidade de serem enunciados sobre a realidade, a posição de Enriques nega este dualismo para afirmar a existência duma razão que é reciprocidade constante com o real. A razão pura, no sentido de Kant, com a capacidade de formulação de juízos sintéticos *a priori* ou, também segundo Kant, a razão capaz de juízos analíticos e tautológicos, não pode explicar nem corresponder à razão científica. A história do pensamento científico mostra-nos uma adaptação progressiva do real à razão e da razão ao real e não, como o sugere a ideia duma razão pura, uma conformação a princípios prestabelecidos. A teoria da razão científica que Enriques desenvolve pretende evitar o formalismo da razão pura e o empirismo, como tendência oposta. A nova epistemologia deverá procurar a sua base e o seu método « na crítica histórica dos conceitos científicos ». Sabemos já o que esta crítica consegue: demonstrando-se na análise dos conceitos esquece o que é mais importante do que os conceitos: o valor metodológico que eles possam ter, sem que, por isso, seja necessário a sua correspondência com as coisas. Valorizar o conceito e desvalorizar o pensamento consista é uma contradição; os conceitos científicos que a história das ciências nos mostra ter usado exclusivamente como método correspondem a criações duma mentalidade consista. A evolução desta tendência chegou à compreensão disto e revelou o juízo como mais importante no trabalho de análise a realizar, mas não conseguiu libertar-se dum certo psicologismo que lhe impediu o progresso. Quere-nos parecer que só a escola de Viena, com a sua teoria do « enunciado », conseguiu a libertação destas dificuldades. Pode dizer-se que a atitude de Enriques é um ataque ao positivismo e uma defesa do positivismo. Ataque na medida em que se opõe ao estatuto definitivo e estático dos limites da razão; defesa na medida em que preconiza uma filosofia assente sobre as ciências. Não haverá aqui uma posição ambígua na pretensão duma razão única a que caberiam funções diversas? Não terá a razão um labor especulativo e um labor metodológico radicalmente diferentes? E porque motivo pretender sempre reconduzir um ao outro? Reduzimos a razão apenas ao aspecto especulativo? caímos numa das muitas formas possíveis da filosofia idealista. Reduzimo-la ao aspecto metodológico? não poderemos libertar-nos, ou do pragmatismo convencionalista, ou do positivismo, ou da filosofia do « como se », ou do chamado cientismo.

A comunicação de H. J. Pos versou o problema da « origem do método ». O naturalismo explicou a origem do método como um esforço biológico de adaptação e de defesa. O naturalismo, admitindo a continuidade de evolução



do animal ao homem, considerou idêntica a sua função, quer na ciência, quer noutras formas da vida do pensamento. Mas, em vez de procurarmos a origem do método na evolução temporal, devemos procurá-la no próprio espírito humano. O método é precientífico, mas não é de natureza biológica. Há entre o pensamento científico e a luta do homem primitivo não somente uma grande distância, mas também impossibilidade de chegar dum ao outro por uma ascensão contínua, pois o ponto de partida e o terminal são absolutamente heterogêneos. O erro do naturalismo, e vulgar a todo o homem e mesmo ao homem que pensa, é pretender atingir realidades de ordem espiritual designando-as com termos de emprêgo correcto apenas no mundo que o cerca. Há a tendência para designar e representar as ideias ou os seres espirituais à imagem e semelhança das coisas que pertencem ao mundo da realidade concreta. E esta tendência é originária de falsos problemas e um dos grandes estorvos para o conhecimento do mundo interior e sua análise psicológica. O método é de ordem espiritual e não de ordem vital. O que para o autor é de natureza vital é a « maneira », mas não o método; uma resultante de reacções de ordem causal, outro subordina a causalidade a um fim, mas causalidade e finalidade estão intimamente ligadas e não é entre elas que se encontra a linha de demarcação entre vida e matéria. O grande abismo, segundo Pos, não é entre a matéria e a vida, mas sim entre a natureza e o homem — e o método é produto da razão humana. Como tal, tem dois caracteres que lhe são próprios e que nem pertencem à inteligência-cálculo nem à finalidade: um moral e outro estético. Um certo psicologismo que serve ao autor para a crítica da explicação biológica do método vai permitir-lhe acentuar o carácter voluntarista do método; uma certa falta de precisão na sua terminologia leva-o a transpor planos com alguma irreflexão. Apesar de tudo, porém, o mais importante da sua comunicação — a crítica à explicação naturalista do método — foi apresentada claramente e prestou-se a uma interessante discussão.

\*

Na segunda sessão plenária apresentaram comunicações P. Bernays (Zurich); A. Fraenkel (Jerusalém) e Orestano (Roma). Bernays tratou da « investigação dos princípios lógico-matemáticos em relação com as questões filosóficas ». Como a distinção feita por Kant entre analítico e sintético não é pura de elementos psicológicos na sua interpretação, foi substituída pelo autor por « formal » e « objectivo », segundo a terminologia já seguida por Carnap. Ao contrário de Carnap e também de Reichenbach, o autor não identifica lógica e matemática porque há relações numéricas que traduzem factos do mundo real, como é bem conhecido na física e na biologia, e na lógica há também elementos formais e objectivos. E, para o autor, como também para Gonsseth, é a lógica considerada como « teoria do objecto ». A crítica que Bernays dirigiu ao neo-positivismo provém dum ponto de vista radicalmente diferente do que em tais questões tomou a escola de Viena. O seu critério intuitivista na explicação dos fundamentos da matemática, de acôrdo com



Brouwer, não lhe permite a análise dos elementos com valor metodológico, que o positivismo fez com grande sucesso. O seu ponto de vista é um ponto de vista objectivo e portanto desconhecedor do critério usado pelo positivismo na identificação da lógica e da matemática como tendo ambas a missão de formular enunciados tautológicos. Objectivamente ou intuitivamente não pode ser isto notado, porque a generalidade e a necessidade são qualidades só reconhecíveis segundo outros caminhos. A discussão que se seguiu mostrou que muitas vezes a solução dum problema provinda dum « ponto de vista » pode ser diferente da solução para o mesmo problema partindo de outro « ponto de vista », sem que nenhuma delas seja considerada menos correcta do que a outra. A diversidade está implicada nos « pontos de vista » e não na natureza do problema. A refutação ou a confirmação da solução dum problema só podem conseguir-se a partir dos « pontos de vista »: ou se invalidam estes logicamente ou se mostra que são insuficientes para o suporte das conclusões.

1, / é  
A comunicação de Fraenkel foi escutada com grande interesse. Os seus trabalhos, escritos em alemão, são conhecidos em todo o mundo e na Alemanha, apesar da procedência judaica do seu autor, é considerado como o mestre mais competente nos nossos dias sobre filosofia das matemáticas, em especial dos problemas levantados por Cantor e da teoria dos grupos. O seu tema, « descontinuo e continuo », foi tratado com profundidade e esclarecido matematicamente pela análise filosófica a que fôra submetido. Foi isto a confirmação segura de que os mais difíceis problemas da ciência têm raízes que se alongam por outras regiões do conhecimento diferentes daquela e que pertence a especialidade do homem de ciência que os encontrou. Neste problema as dificuldades com que nos debatemos são as mesmas já encontradas há dois mil anos, mas isso não impede que se pretenda progredir na adequação de métodos capazes, se não de resolver a dificuldade, pelo menos de nos mostrar donde ela provém e quais são as suas conseqüências imediatas ou longínquas. Há um abismo entre o carácter individual do discreto e o carácter homogéneo do continuo, e é este um dos problemas mais importantes da lógica e dos fundamentos da matemática — diz-nos Fraenkel. É o continuo analisável quantitativamente? Ou ainda de outra maneira: é possível encontrar uma base de relação entre a aritmética (domínio do descontinuo) e a geometria (domínio do continuo)? « Todo o número é um individuo caracterizado univocamente pelas suas propriedades; um ponto, pelo contrário, é idêntico a qualquer outro ». A geometria descritiva é uma solução aparente para este problema, porque a relação que estabelece entre um e outro deixa-os essencialmente independentes. As soluções que ao longo da história pretenderam resolver o problema deixaram-no como antes, e é mesmo possível que a antinomia matemática que o enunciado do problema revela tenha origem numa dificuldade de ordem lógica. Fraenkel passa em revista sucintamente as tentativas de Weyl, Hilbert, Poincaré, Russel e de Brouwer. É a tendência intuicionista de Brouwer, que lhe dá os elementos mais importantes para a nova posição do problema. Existência



matemática é construtivismo e, assim, o princípio da não-contradição é insuficiente para avaliar da verdade dum enunciado matemático, da mesma maneira « que a impossibilidade de demonstrar a culpabilidade do acusado não constitui prova da sua inocência ». Os resultados obtidos mostram-nos opiniões diversas ante um problema idêntico para todos, e Fraenkel, citando Poincaré, termina a sua comunicação com estas palavras: « os homens não se entendem porque não falam a mesma linguagem e porque há linguagens que se não aprendem ».

Orestano, sem a profundidade do orador antecedente, marcou a sua tese com a vivacidade própria dum latino e defendeu o primado da idea de ordem na fundamentação da lógica pura. Os seus pontos de vista são importantes e pretendem descobrir o elemento fundamental e último que englobe todos os esforços, sempre parciais, da chamada lógica clássica e das lógicas modernas. Uma primeira reflexão levou-o à constatação de que, na lógica pura, havia de facto princípios universais, mas, juntamente com estes, regras que só podiam ter emprêgo restrito e condicionado. Ele repousa os seus fundamentos no princípio da identidade, mas não consegue abranger as relações matemáticas, por exemplo. Mas não só a matemática, também a mecânica mostrou a incapacidade da lógica tradicional, devido à sua conformação exclusiva no tratamento de entidades substanciais. Por estas e outras razões, Orestano admite uma lógica pura cuja função seja a busca do « acôrdo do pensamento consigo mesmo » e cujo domínio seja exclusivamente o do pensamento coêrente. O acôrdo do pensamento coêrente com a realidade exige a aplicação de categorias do entendimento, « grandes coordenadas do pensamento que constituem os esquemas da conceptualização ». Teríamos assim uma lógica categórica ao lado da lógica pura, e é na admissão duma lógica categórica e na sua justificação que está o valor dêste trabalho de Orestano. A sua classificação admite três tipos: a lógica matemática, cujo domínio de aplicação é a categoria da quantidade e da grandeza; a lógica das classificações, aplicável sobre as categorias da qualidade e da substância; e a lógica dos comportamentos, ou seja a lógica e empregar na categoria funcional e dinâmica da realidade. Esta última englobaria as tentativas recentes para a formulação duma lógica polivalente, da lógica potencial de Pastore às diferentes tentativas de construção duma lógica ontológica e suas correspondentes metodologias. Por esta classificação se pode notar quanto é diferente a direcção seguida por Orestano da que foi posta em relêvo pela escola de Viena: a não identificação da lógica com a matemática, e a admissão duma lógica própria à matemática e diferente da lógica própria às metodologias referentes a quaisquer outros sectores da realidade.

\*

Na terceira sessão plenária foram ouvidos trabalhos de Louis de Broglie (Paris); de Marcel Barzin (Bruxelas) e de W. P. Montague (Nova-York). O trabalho do primeiro fôra lido por Maurice de Broglie, irmão do autor.



O assunto da sua tese tinha o título: « reflexões sobre o indeterminismo em física quântica ». Este problema é um problema da actualidade e Broglie soube tratá-lo com a clareza e a profundidade já conhecidas dos seus anteriores trabalhos. O autor começou por notar que « determinismo » tem para o físico sentido diferente daquele que a filosofia lhe empresta e que pode ser assim definido: « a possibilidade de prever exactamente os fenómenos futuros a partir de dados provindos de observações passadas ou presentes ». A interacção atómica no universo e o carácter aproximativo das nossas medidas e experiências são obstáculos à previsão exacta, mas ainda assim pode admitir-se o determinismo como convergência para um limite. Isto no domínio do macroscópico. Porém no domínio atómico a previsibilidade tem limites inultrapassáveis e que não podem ser explicados apenas pelas dificuldades da observação. As ideias da física clássica deixam de ser meios auxiliares de observação logo que o « quantum de acção » se mostra eficiente, isto é, quando se desce à escala de grandeza do mundo atómico. Em vez de previsibilidade rigorosa há probabilidade de previsão no domínio estatístico; e então determinismo só terá sentido, não em relação aos fenómenos elementares, mas só em relação a grande número destes. As relações entre determinismo e causalidade não são sempre claras: alguns autores consideram o conceito de causalidade menos extenso que o de determinismo. Entendendo determinismo no sentido definido acima, Broglie considera o conceito de causalidade mais vasto que o de determinismo, pelo menos na física quântica, em que é possível encontrar relações de ordem causal num sentido largo sem que seja necessária a admissão do conceito explicativo de determinismo.

Barzin apresentou um trabalho sobre: « probabilidade e determinismo ». Mais uma comunicação de grande interesse para a compreensão e situação valorativa dos problemas científicos e filosóficos. Há oposição entre leis causais e leis estatísticas? Como se sabe, tem sido esta oposição admitida e considerada mesmo como a solução de alguns importantes problemas. Mas não será esta distinção um critério metodológico sem nada ter que ver com a natureza íntima dos fenómenos sobre os quais se aplica? É o que pensa Barzin. Depois da análise da teoria da probabilidade (com fundamento na razão suficiente, como a de Keynes; e na teoria da frequência, como as de Mises e Reichenbach), chega o autor à conclusão de que a afirmação de probabilidade supõe sempre uma sequência ou repetição de fenómenos, isto é, uma frequência. Por outro lado, os estudos recentes sobre a teoria da probabilidade mostram que o seu fundamento é o princípio da indução. Ora o princípio da indução só tem sentido se admitirmos o determinismo universal como pressuposto. Previsão exige que todas as séries constituintes do universo sejam reguladas por leis estatísticas constantes. Todavia, como para Barzin qualquer lei estatística se pode transformar numa lei causal, os dois determinismos, o necessário às leis estatísticas e o necessário às leis causais, reduzem-se também a um só e este é o determinismo clássico fundamento das teorias modernas e antigas



da ciência. Esta oposição do autor à comunicação precedente estava nela mesma prevista: que o determinismo, tal como o físico o entende, é diferente do determinismo, tal como o filósofo o representa. E este exemplo mostra-o claramente.

Montague apresentou uma comunicação sobre « substância, potencialidade e causa ». Tratava-se dum dos filósofos com maior renome na América do Norte e a expectativa de dúvida dos europeus para tudo quanto vem da América deveria ter sido um dos motivos que prenderam a assistência como auditório. Montague mostrou a seriedade e a profundidade da especulação filosófica americana; desenvolveu uma teoria que ele mesmo classificou de intermediária entre positivismo e racionalismo. Substancialidade, potencialidade e causalidade são as categorias fundamentais para o estudo da realidade. Embora a primeira seja a mais importante, não pode ela ser considerada a única. As outras duas enunciam-nos processos de manifestação pelos quais a substância se nos afirma. No estudo das categorias, quer dos positivistas quer dos racionalistas, encontra Montague atitudes comuns nem sempre claras e nem sempre nêles próprios conscientes. A « duração concreta » de Bergson é, para o autor, a verdadeira interpretação da « res cogitans » de Descartes e esta a verdadeira e positiva interpretação da categoria racional que devemos aplicar ao estudo da realidade exterior. Mas a-pesar-disto não pode concordar com a atitude de misticismo em Bergson nem com a distinção entre « res cogitans » e « res extensa » em Descartes. Entre um e outro termo desta última distinção não há um contraste radical de qualidade ou de atributo, como Descartes admite, mas só e apenas um contraste de relação. Montague explica o seu dualismo relacional da seguinte maneira: o mundo físico é um sistema de acontecimentos ordenado no *espaço-tempo*; o mundo psíquico um sistema de acontecimentos ordenado no *tempo-espaço*. No primeiro predomina o espaço sobre o tempo; o movimento sobre a duração; a extensão sobre a intensidade; a pluralidade das partes sobre a unidade do todo ou, em resumo, a determinação mecânica sobre a auto-determinação teleológica. Na « res cogitans » a ordem de predominância está invertida e a evolução do universo poderia ser interpretada como o desenvolvimento do *tempo-espaço* dentro do *espaço-tempo*. Vê-se, pois, que as categorias próprias e adequadas ao mundo físico não podem aplicar-se ao mundo psíquico sem neste exercerem uma transposição deformadora. Cada um dêles exige que se respeite a sua diferença pelo uso de distintas categorias. Há aqui um progresso sobre Kant, para quem a razão era ordenadora dos dados da sensibilidade e esta condicionada pelos esquemas do espaço e do tempo, sem que se respeitasse a proveniência dos dados.

\*

A penúltima sessão plenária apresentou J. Petrovici (Jassy); Maurice Blondel (Aix-en-Provence); e A. Reymond (Lausanne). O primeiro tratou a tese: « o problema de Deus ante a razão ». Depois duma revisão das ati-



tudes tradicionais da filosofia relativamente a este problema, tentou Petrovici repô-lo nos termos da filosofia actual. A confiança de Descartes na possibilidade da razão humana chegar a demonstrar a existência de Deus, isto é, Deus, não é possível hoje. A origem afectiva da fé religiosa foi posta a claro e a incapacidade da razão para formular argumentos satisfatórios foi mostrada por Kant e Hume. Mais tarde admitiu-se a origem sociológica da idea de Deus. Mas de todos os argumentos tradicionais, Petrovici fixa especialmente o chamado argumento cosmológico. A existência conhecida por nós é contingente e necessita um suporte que lhe garanta ser contingente. Por sua vez este suporte não é suficiente por si próprio e assim sucessivamente. Continuando, atingiremos o ser necessário de que toda a existência dependerá: Deus. As objecções tradicionais a este argumento são, dentre outras menos importantes, as seguintes: o argumento cosmológico não demonstra a existência dum Deus *pessoal*; que embora o argumento estabeleça uma causa transcendente à existência nem por isso esta necessita de *perfeição* como se requiere a Deus; que o enigma da existência fica mais confuso admitindo Deus do que pensando que o universo se criou a si mesmo; que o conceito de causa primeira é uma abstracção e que a ela se não pode prender toda a realidade e a realidade de Deus; que a causalidade se aplica na explicação dos fenómenos tais como nos aparecem, mas não aos fenómenos tais como eles são; que a causalidade é só de legítimo emprego no mundo sensível e que pretender ultrapassar este com os princípios que só para este servem é dar apenas ao problema aparência de solução. O autor faz a crítica a estas objecções e valoriza a função da inteligência na prova cosmológica por conseguir probabilidades indutivas que podem transformar-se em certezas.

Blondel, o grande representante da França neste congresso, tratou dos « aspectos actuais do problema da transcendência ». Não se pode ser mais extraordinariamente simpático do que o foi Blondel para esta assembleia, que o ouviu em profundo e receptivo silêncio, algumas vezes espontaneamente quebrado para transmitir ao filósofo um pouco do muito entusiástico calor que ele lhe transmitira. Apresentando-se desprovido de meios suficientes de comunicação com os homens, era por isso obrigado a dar a ler a comunicação à sua secretária, pois os seus olhos só o poderiam fazer com muitíssima dificuldade. A sua voz é também um mau auxiliar na expressão do pensamento: é tímida e fraca e parece que a cada momento se recusa a emprestar corpo sonoro ao pensamento — mas este é ainda vigoroso e forte e claro. O problema de Blondel foi assim mesmo resumido pelo autor: transcendência evoca o conceito de imanência. Apesar desta relação com o seu contrário, o conceito de transcendência pretende designar não o relativo mas qualquer coisa de absoluto. Mas como é possível, sem cortar as relações que permitem ao nosso conhecimento conceber o transcendente, afirmar com legitimidade a pureza da sua essência e da sua existência, que, por definição, são na sua perfeita unidade incomensuráveis connosco? Transcendência e imanência,



considerados não como conceitos abstractos mas como dados concretos, não se excluem. Uma cohabitação real é metafisicamente concebível. Mas se é assim, como é possível nesta simbiose reconhecer o verdadeiro transcendente do que em nós é imanente? As suas próprias palavras dizem ainda: trata-se de descobrir na imanência e na consciência que dela temos a certeza duma presença e duma acção transcendente. Não é possível resumir o pensamento blondeliano, como não é possível nunca resumir o pensamento dos filósofos para quem as palavras servem apenas e exclusivamente para a transmissão de pensamento. O sentido da sua meditação, depois do que deixamos dito, não é difícil para quem já conheça alguma das suas obras. Para os outros bastará indicar que Blondel identificará transcendência com sobrenatural e sobrenatural com divino, como o requere o seu activismo católico.

A comunicação de Reymond é a expressão dum problema de puro sentido cartesiano e, como tal, por ser demasiado restrito, não nos pode interessar aqui.

A quinta e última sessão plenária deu-nos a conhecer: D. S. Robinson (Bloomington, Indiana); E. Utitz (Praga) e L. Polak (Groningen). O primeiro apresentou uma comunicação sobre « ética e lei ». É possível identificar uma e outra? Certamente que não. Há leis sem valor moral porque a sua promulgação dependeu dum facto fortuito: a posse do poder por um grupo que reuniu condições para isso. Mas, quando este o conseguiu por motivo da força, as leis dele emanadas podem ser ou não ser justas, ter ou não ter valor moral. É necessário pois dissociar ética e lei, e Robinson, reconhecendo quanto a filosofia do direito está atrasada em relação a outros departamentos da cultura, enuncia de acordo com o trabalho de Hocking as normas que partem do mínimo de identidade entre lei e ética. São elas: 1) todo o individuo dentro de qualquer sociedade civilizada tem o direito de se governar (*manage*) a si próprio tanto quanto isto for compatível com o bem-estar dos outros dentro do seu grupo. Esta norma garante um alto grau de eficiência individual. 2) Todo o individuo tem o direito a exercer vigilância (*control*) sobre os que pertencem ao seu grupo enquanto for capaz de o exercer para o bem deles. Esta norma assegura a criação de directores (*leaders*) responsáveis. 3) Todo o individuo tem o direito, em cooperação com os outros, de aproveitar (*control*) as forças e recursos da natureza no território ocupado pelo grupo a que pertence. Esta norma assegura a criação de valores económicos que são essenciais à manutenção da civilização e da cultura (*civilized culture*). Outras normas se juntam a estas e dizem respeito à situação dos individuos que respeitaram as anteriores. 4) Todos os individuos que usaram de boa-vontade para com os membros do seu próprio grupo têm direito à segurança da sua própria pessoa. Esta norma é uma garantia de vida privada. 5) Todos os individuos têm direito à segurança no cumprimento de acordos e contratos que fazem com os outros. 6) Todos os individuos têm direito a usar de



propriedade quando adquirida pelo seu próprio trabalho ou adquirida sob a ordem económica e social encorporada na cultura à qual pertencem. Esta norma é compatível com a economia colectivista.

Utitz, o professor de Praga, tratou do seguinte tema: «moralidade e perfeição». As suas próprias palavras expõem assim o problema: «há um conflito entre a regra da moral que nos manda agir e a regra da perfeição. A primeira é absoluta e não respeita as circunstâncias. A segunda implica que sejam realizadas coisas que não dependem de nós». Há um conflito entre opostos? Se a moralidade com a sua intenção social obriga muitas vezes ao sacrifício da perfeição, todavia sem aquela nunca esta seria possível. O trabalho trata do estudo das relações possíveis entre uma e outra e é ilustrado com o tratamento de personalidades (entre elas Masaryk) em que o domínio dum ou doutro dos aspectos considerados é tornado visível.

A comunicação de Polak versou o seguinte problema: «a autonomia e as heteronomias teológica, física e sociológica». Polak começa por uma afirmação de pluralismo axiológico ou pela admissão do triplice sentido da Razão: razão lógica ou teórica, razão ética ou prática e razão estética. Na sua interessante comunicação, Polak procura evitar a transposição resultante duma heteronomia teológica de origem sobrenatural com direito de acção sobre a natureza ou duma moral naturalista de base física ou biológica que suponha ter direito de acção sobre a região do dever. Fica assim demonstrada a impossibilidade de heteronomia ética, sempre mais ou menos dominante até aos nossos dias. A crítica à heteronomia teológica tem sido muitas vezes feita, mas sempre a favor duma ética naturalista ou darwinista. O mais interessante em Polak é mostrar que os elementos críticos que valem contra essa espécie de heteronomia valem também contra a ética que eles supõem fundamentar. A autonomia preconizada por Polak é uma autonomia da razão categorial, da razão que, no seu triplice aspecto, respeita as regiões de realidade a que cada um deles diz respeito.

\*

Muitas outras comunicações foram feitas neste grandioso congresso. Não nos é possível fazer o resumo daquelas que poderiam ter interesse para o leitor interessado nestas questões. Indicaremos apenas os nomes dos mais notáveis congressistas que nas sessões não-plenárias trataram igualmente de problemas importantes. Jacques Chevalier e Jacques Maritain trataram de problemas em estreita relação com Descartes. O primeiro procurou pôr em relêvo a «unidade da filosofia de Descartes» e o segundo tratou do «conflito da essência e da existência na filosofia cartesiana». Maritain já não é o filósofo dum certo intolerantismo católico, como nos seus primeiros livros se mostrou e como o sentiu a vida do seu amigo Péguy. Vale bem a pena tomar contacto com as últimas obras deste notável pensador católico.



Em problemas ainda relativos a Descartes apresentaram trabalhos Abel Rey, Victor Basch e Dupréel. Parodi tratou um novo tema na filosofia francesa, mas muito tratado na filosofia alemã: a busca dum critério de diferenciação entre « espírito e razão ». Berdiaeff tratou do « filósofo e a existência », e valeria a pena, se o espaço o permitisse, fazer largos extractos da sua comunicação. A linha geral do pensamento aqui expresso em relação com a filosofia de Heidegger e de Jaspers é que « o ser só é acessível através da existência humana ». Valorização da objectividade do conhecimento e desvalorização dos problemas abstractos considerados filosóficos pela consciência média.

Carnap, Gonthier, Neurath, Rougier esclareceram alguns dos problemas da chamada filosofia da escola de Viena. Muitíssimo importante para a situação da mesma escola é a comunicação póstuma de Schlick, pelo enunciado das divergências entre alguns dos seus adeptos.

Masson-Oursel, Léon Robin e Souilhé apresentaram teses sobre história da filosofia. Lord Samuel, Schiller, Philipp Frank, Dorolle e Souriau trataram de problemas científicos em conexão com a filosofia. Léon Brunschvicg tratou do problema da « imanência e da transcendência » sob o ponto de vista da filosofia idealista; na mesma sessão apresentou Gabriel Marcel um trabalho sobre a « transcendência como metaproblemática », encarado sob o ponto de vista da metafísica realista. Deu-se o inevitável: uma polémica entre dois metafísicos guiada por um forte e belo desejo de encontrar a verdade entre a probabilidade de atitudes possíveis. Embora partindo e ficando em pontos de vista contrários, o alto espírito filosófico dos dois adversários mostrou que convencimento não significa vitória dum sobre outro, mas compreensão das atitudes em que radicam os diferentes pontos de vista.

Outro nome significativo da filosofia francesa: Jean Wahl, com uma tese sobre a « ideia de transcendência ». Samuel Alexander, o bem conhecido filósofo britânico, enviou uma comunicação sobre « objectividade do valor ». O filósofo húngaro, muito conhecido e tratado na filosofia alemã, Brandenstein, tratou do tema: « a causalidade e a relação da alma e do corpo ». O filósofo espanhol Zubiri tratou do problema metafísico da « res cogitans ». E a citação de nomes conhecidos e doutros que valia a pena conhecer na filosofia ocidental poderia continuar.

De interesse seria agora pôr em relêvo as tendências gerais d'êste congresso. Julgamos que na descrição e resumo das sessões plenárias ficou indicado o sentido das novas tendências na filosofia. O próximo congresso, em Groningen (Holanda), mostrará até que ponto eram gerais e profundas as que êste, com tanta ênfase e por vezes profundidade, pôs em evidência. Uma coisa se pode talvez acentuar: que novas tendências não significam o encontro de novas atitudes ou de atitudes originais, mas a acentuação valorativa de certos momentos da especulação filosófica apressadamente postos de lado ou insuficientemente esclarecidos. Filosofia na sua história é o progresso da consciência dos problemas filosóficos sem a preocupação de supor resolvido o que está longe na série temporal e sem a suposição de que último na mesma série



quere dizer definitivo ou mais importante apenas por isto. Repetindo as palavras dum dos congressistas, e cujo sentido Lalande aproveitou na alocação de encerramento, pode afirmar-se desta maneira a tendência dominante do congresso: se a metafísica não nos pode dar certezas, mostraram aqueles que costumam repetir contra ela esta verdade: que também a ciência, dado o carácter probabilístico dos seus enunciados, não nos pode dar as certezas que até aqui supunha.

DELFIN SANTOS.

## MÚSICA

### *A MÚSICA NA EXPOSIÇÃO DE PARIS*

Já foi dito, sobretudo nos periódicos da especialidade, que a Música não teve o lugar que lhe devia competir, antes foi tratada como parente pobre, na Exposição Internacional de Paris, que, sob tantos e tantos aspectos, e a-pesar-de certas deficiências, constituiu, sem sombra de dúvida, uma grandiosa manifestação da actividade humana contemporânea, em quasi todas as suas modalidades, e, ainda, um autêntico triunfo para o país seu organizador.

Quando, no domínio da Ciência, o Palácio da Descoberta, por exemplo, nos maravilhava como coisa absolutamente inédita e altamente instrutiva; quando, no campo das Artes Plásticas, a Retrospectiva da Arte Francesa, embora um pouco à margem da finalidade da Exposição, nos revelava deslumbrantemente a vitalidade e a continuidade admiráveis de uma arte multi-secular; quando o Teatro não foi esquecido, e houve lugar para uma tão notável série de manifestações cénicas das mais variadas — perguntava-se, naturalmente, porque é que nada de semelhante ou de equivalente teria sido tentado no riquíssimo domínio da Música.

¿ Teria a classe 5 da Exposição (Música) considerado como suficiente para justificar a sua existência as diferentes « músicas aquáticas », encomendadas, aliás, a músicos da categoria de Honegger e Ibert, por exemplo, com que se animavam os « galos luminosos » da Ponte de Iena, e que resultaram um completo fracasso, pela impossibilidade de nada de jeito se perceber na deformação sonora dos alto-falantes e no meio das mil sortes de ruídos, estalinhos, assobios, bum-buns e tac-tacs dos fogos de artifício ?

E, no entanto, que esplêndida ocasião, que vasto campo e que extensas possibilidades se não ofereciam para realizar qualquer coisa de grande, de superior numa arte que, como nenhuma outra, oferece uma inumerabilidade de recursos e é de um tão grande interesse e alcance universal !

É certo que a música não deixou de se fazer ouvir, mas à margem da Exposição, e não como manifestação directa do espírito que animou a organização desta. Um grande número de manifestações musicais, algumas de pri-